

Ventos de São Tito Holding S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de São Tito Holding S.A.
Maracanaú - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Tito Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ventos de São Tito Holding S.A. em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcello Palamartchuk', written over a light blue grid background.

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Ventos de São Tito Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.653.787	123.570.669	32.477.225	127.609.307	Fornecedores		139.251	-	11.137.662	17.791.687
Títulos e créditos a receber	5	92.377.195	-	18.471.678	-	Obrigações trabalhistas		-	-	107.748	26.299
Impostos e contribuições a recuperar		1.251.740	225.109	2.810.024	258.231	Empréstimos e financiamentos	8	23.262.835	-	23.262.835	-
Outros créditos a receber		398	802	11.683	802	Debêntures	8	18.843.940	-	18.843.940	-
Depósitos judiciais		-	-	1.321	-	Obrigações fiscais		96.431	-	2.387.627	1.261.433
Despesas antecipadas		-	-	17.567	40.135	Obrigações a pagar		-	-	266.825	78.820
								<u>42.342.457</u>	<u>-</u>	<u>56.006.636</u>	<u>19.158.239</u>
		<u>110.283.120</u>	<u>123.796.580</u>	<u>53.789.498</u>	<u>127.908.476</u>						
Não Circulante						Não Circulante					
Títulos e créditos a receber	5	478.394.450	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	8	535.045.201	180.050.302	535.045.201	180.050.302
Investimentos	6	243.865.014	210.681.309	-	506.031	Debêntures	8	93.240.132	-	93.240.132	-
Imobilizado	7	342.781	6.993	855.970.513	249.392.654	Outras obrigações - consórcios	9	-	-	63.211.376	24.164.040
Intangível		-	-	910	-			<u>628.285.333</u>	<u>180.050.302</u>	<u>691.496.709</u>	<u>204.214.342</u>
		<u>722.602.245</u>	<u>210.688.302</u>	<u>855.971.423</u>	<u>249.898.685</u>						
Total do ativo		<u>832.885.365</u>	<u>334.484.882</u>	<u>909.760.921</u>	<u>377.807.161</u>	Patrimônio líquido					
						Capital social	10	182.315.450	164.000.450	182.315.450	164.000.450
						Prejuízos acumulados		(20.057.875)	(9.565.870)	(20.057.875)	(9.565.870)
								<u>162.257.575</u>	<u>154.434.580</u>	<u>162.257.575</u>	<u>154.434.580</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>832.885.365</u>	<u>334.484.882</u>	<u>909.760.921</u>	<u>377.807.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tito Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	13	-	17.789.271	-
Custos dos serviços prestados	14	-	(3.738.716)	-
Lucro bruto		-	14.050.555	-
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	15	(3.389.208)	(11.275.966)	(4.745.235)
Despesas tributárias	15	(477.052)	(800.078)	(4.939)
Resultado de equivalência patrimonial		1.157.734	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(2.708.526)	1.974.510	(4.750.174)
Resultado financeiro	16			
Receitas financeiras		14.186.561	11.669.650	1.165.744
Despesas financeiras		(21.970.039)	(22.111.433)	(3.868.189)
Outras despesas financeiras		-	-	(2.112.961)
		(7.783.478)	(10.441.783)	(4.815.406)
Resultado antes dos impostos		(10.492.005)	(8.467.273)	(9.565.580)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	-	(2.202.843)	-
Prejuízo do exercício		(10.492.005)	(10.670.116)	(9.565.580)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tito Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício	(10.492.005)	(9.565.580)	(10.670.116)	(9.565.580)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(10.492.005)</u>	<u>(9.565.580)</u>	<u>(10.670.116)</u>	<u>(9.565.580)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tito Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

		Controladora			
Notas	Capital subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	10.000	(8.910)	(290)	800	
Capital subscrito	10 171.260.450	(171.260.450)	-	-	
Integralização de capital	10 -	163.999.360	-	163.999.360	
Prejuízo do exercício	-	-	(9.565.580)	(9.565.580)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>171.270.450</u>	<u>(7.270.000)</u>	<u>(9.565.870)</u>	<u>154.434.580</u>	
Capital subscrito	10 17.200.000	(17.200.000)	-	-	
Integralização de capital	10 -	18.315.000	-	18.315.000	
Prejuízo do exercício	-	-	(10.492.005)	(10.492.005)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>188.470.450</u>	<u>(6.155.000)</u>	<u>(20.057.875)</u>	<u>162.257.575</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tito Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(10.492.005)	(9.565.580)	(10.670.116)	(9.565.580)
Resultado com equivalência patrimonial	(1.157.734)	-	-	-
Depreciações e amortizações	384.180	-	426.513	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	21.970.039	-	22.111.433	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(570.771.645)	-	(18.471.678)	-
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(1.026.630)	(225.109)	(2.551.793)	(258.231)
(Aumento) em outros créditos a receber	405	(802)	(10.880)	(802)
(Aumento) em depósito judicial	-	-	(1.321)	-
Redução (Aumento) em despesas antecipadas	-	-	22.569	(40.135)
(Redução) Aumento em fornecedores	139.251	-	(6.654.025)	17.791.687
Aumento em obrigações trabalhistas	-	-	81.449	105.119
Aumento em obrigações fiscais	96.431	-	(283.718)	1.261.432
Aumento em outras obrigações a pagar	-	-	76.635	-
Aumento em outras obrigações - consórcio	-	-	39.731.478	24.164.041
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	1.402.041	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(560.857.708)	(9.791.491)	25.208.585	33.457.531
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento				
Aumento em investimentos	(10.659.996)	(210.681.309)	-	(506.031)
Aquisição imobilizado	(335.788)	(6.994)	(586.953.058)	(249.392.654)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento	(10.995.784)	(210.688.303)	(586.953.058)	(249.898.685)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre empréstimos	(14.328.244)	-	(14.328.244)	-
Pagamento de principal de empréstimos	(180.050.302)	-	(180.050.302)	-
Captação de empréstimos	530.000.000	180.050.302	530.000.000	180.050.302
Emissão de debêntures	111.000.158	-	111.000.158	-
Integralização de capital	18.315.000	163.999.360	19.990.780	164.000.160
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	464.936.611	344.049.662	466.612.391	344.050.462
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(106.916.881)	123.569.868	(95.132.082)	127.609.307
Demonstração da (Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	123.570.669	800	127.609.307	-
No fim do exercício	16.653.787	123.570.668	32.477.225	127.609.307
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(106.916.881)	123.569.868	(95.132.082)	127.609.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 27 de dezembro de 2012 e entrou em operação comercial a partir de 18 de dezembro de 2015, conforme Despacho N. 4.071 da ANEEL de 17 de dezembro de 2015.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O projeto Ventos do Araripe I (Controladas - Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S.A.) possuem capacidade instalada de 210 MW, e entraram em operação em 18 de dezembro de 2015.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Controladas	% de participação	% de participação
Joana II	100%	100%
Joana VI	100%	100%
Joana VIII	100%	100%
Joana XIV	100%	100%
Onofre I	100%	100%
Onofre II	100%	100%
Onofre III	100%	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reapresentação de saldos do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2014 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Contábeis e Retificação de Erros e CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras para incluir os seguintes ajustes:

Balanço patrimonial

- (i) Reapresentação (reclassificação) das operações registradas como obrigações com consórcios, no valor de R\$ 21.467.449 e sua respectiva contrapartida na rubrica de imobilizado.

Demonstração do fluxo de caixa

- (ii) Reapresentação do efeito do item (i) acima nas atividades operacionais e nas atividades de investimentos.

Reapresentação no Balanço Patrimonial

	31 de dezembro de 2014		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos comparativos divulgados nessas demonstrações financeiras
Ativo não circulante			
Imobilizado	270.860.103	(21.467.449)	249.392.654
Total do ativo	399.274.610	(21.467.449)	377.807.161
Passivo não circulante			
Outras obrigações - consórcios	45.631.489	(21.467.449)	24.164.040
Total do passivo	399.274.610	(21.467.449)	377.807.161

Reapresentação no fluxo de caixa

	31 de dezembro de 2014		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos comparativos divulgados nessas demonstrações financeiras
Atividades operacionais			
Variação nas contas patrimoniais:			
Aumento em outras obrigações - consórcio	45.631.489	(21.467.449)	24.164.041
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	54.924.980	(21.467.449)	33.457.531
Atividades de investimento			
Aquisição imobilizado	(270.860.103)	(21.467.449)	(249.392.654)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	(271.366.134)	(21.467.449)	(249.898.685)

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no patrimônio líquido quando pagos, ou na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos (debêntures) sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 conforme abaixo:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Maquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Ferramentas	10 anos
Torres Anemométricas	10 anos

2.9 Ativos Arrendados

Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.10 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.12 Novas normas ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).

- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundo fixo	-	-	2.703	2.000
Bancos	28.356	142.745	1.042.504	3.768.406
Aplicações financeiras (a)	16.625.431	123.427.924	31.432.018	123.838.901
	16.653.787	123.570.669	32.477.225	127.609.307

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, Santander e Daycoval, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 95% CDI e com vencimento para 20 de dezembro de 2017 referente as aplicações do Santander e taxa de 104% CDI referente as aplicações do Daycoval com vencimento para 07 de maio de 2018.

5 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CCEE (b)	-	-	18.463.177	-
Joana II (a)	31.215.412	-	-	-
Joana VI (a)	80.736.256	-	-	-
Joana VIII (a)	95.250.092	-	-	-
Joana XIV (a)	86.968.725	-	-	-
Onofre I (a)	98.283.534	-	-	-
Onofre II (a)	88.092.694	-	-	-
Onofre III (a)	90.224.932	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	8.501	-
	570.771.645	-	18.471.678	-
Curto Prazo	92.377.195	-	18.471.678	-
Longo Prazo	478.394.450	-	-	-

- (a) Os créditos a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função do instrumento da cessão de direitos de créditos para a controladora sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.

- (b) O crédito a receber registrado no consolidado, refere-se a receita de energia elétrica gerada (antecipadas pela controladora) e seus prazos de vencimentos para repasses são de janeiro de 2016 a dezembro de 2028.

6 Investimentos

A empresa possui investimentos em Companhias eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Companhia	2015				
	31/12/2015			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento (a)	Equivalência
Santo Onofre I	100%	30.514.524	(1.736.412)	35.633.419	(1.052.269)
Santo Onofre II	100%	31.910.927	1.379.664	36.446.924	1.379.664
Santo Onofre III	100%	35.074.151	1.325.035	40.059.787	819.004
Santa Joana II	100%	31.801.176	(1.341.655)	36.321.573	(1.341.655)
Santa Joana VI	100%	25.259.527	679.162	28.850.057	679.162
Santa Joana VIII	100%	34.391.317	1.106.202	39.279.892	1.106.202
Santa Joana XIV	100%	23.879.058	(432.374)	27.273.362	(432.374)
Total do investimento				243.865.014	1.157.734

- (a) O saldo de investimento é composto também pelos custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição das Companhias eólicas.

Movimentação dos investimentos

Investidas	31/12/2014	Aumento/ (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2015
Santo Onofre I	31.780.771	4.904.918	(1.052.270)	35.633.419
Santo Onofre II	30.531.263	4.535.997	1.379.664	36.446.924
Santo Onofre III	34.255.147	4.985.636	819.004	40.059.787
Santa Joana II	33.142.831	4.520.397	(1.341.655)	36.321.573
Santa Joana VI	24.580.365	3.590.529	679.163	28.850.057
Santa Joana VIII	32.079.499	6.094.191	1.106.202	39.279.892
Santa Joana XIV	24.311.433	3.394.303	(432.374)	27.273.362
Total líquido do investimento	210.681.309	32.025.971	1.157.734	243.865.014

7 Imobilizado

Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imobilizado em andamento (a)	-	-	-	75.703.119
Imobilizado (d) (e)	-	-	6.554.967	-
Adiantamentos diversos (b)	342.781	6.993	558.372.643	173.689.535
Obras Civas (d) (e)	-	-	228.683.673	-
Linhas de Transmissões (d) (e)	-	-	32.009.040	-
Encargos sobre empréstimos (c) (e)	-	-	30.350.190	-
	342.781	6.993	855.970.513	249.392.654

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores.
- (c) Os encargos financeiros sobre empréstimos dos custos dos juros diretamente atribuíveis aos ativos em construção são capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A capitalização dos custos de financiamento encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.
- (d) A Administração da Companhia através de seu corpo de engenharia está em processo de realização do regime de unitização e cadastramento simultâneo das imobilizações em curso para as imobilizações em serviço conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.
- (e) O ativo imobilizado está em sua totalidade integrado às garantias de ações das SPEs (investidas) do Grupo, por meio de contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto ao BNDEs e demais instituições financeiras conforme destacados na Nota explicativa 10.

Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixa	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Adiantamentos diversos	6.993	335.788	-	-	342.781
Obras Civas	-	-	-	-	-
Linhas de Transmissões	-	-	-	-	-
	6.993	335.788	-	-	342.781

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado em andamento	75.703.119	-	(75.703.119)	-	-
Imobilizado	-	6.597.300	-	(42.333)	6.554.967
Adiantamentos diversos	173.689.535	310.678.830	74.004.278	-	558.372.643
Obras Cíveis	-	228.683.673	-	-	228.683.673
Linhas de Transmissões	-	32.009.040	-	-	32.009.040
Encargos sobre empréstimos	-	30.734.370	-	(384.180)	30.350.190
	<u>249.392.654</u>	<u>608.703.213</u>	<u>(1.698.841)</u>	<u>(426.513)</u>	<u>855.970.513</u>

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos (a)	2,02% a.a + TJLP	558.308.036	180.050.302	558.308.036	180.050.302
Debêntures (b)	9,2360%a.a + IPCA	112.084.072	-	112.084.072	-
		670.392.108	180.050.302	670.392.108	180.050.302
Curto Prazo		42.106.775	-	42.106.775	-
Longo Prazo		628.285.333	180.050.302	628.285.333	180.050.302

- (a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste denominados de financiamento de longo prazo .

O financiamento de longo prazo com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias e ainda, os direitos de crédito decorrentes do CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de abril de 2032.

- (b) A companhia possui contrato de instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

As Debêntures possuem data final de vencimento em 15 de junho de 2028.

8.1 Covenants

A Companhia contratou financiamento com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Redução do quadro de pessoal das SPEs sem o atendimento ao disposto no inciso III da cláusula décima terceira e no inciso III da cláusula décima quinta;

- (b) Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de práticas de trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (c) Inclusão das SPEs ou BENEFICIÁRIA em acordo societário, estatuto ou contrato social ou das empresas que as controlam sem a anuência do BNDES;
- (d) Falsidade sobre os direitos creditórios a serem posteriormente oferecidos ao BNDES;
- (e) Constituição de penhor ou gravame, sobre quaisquer direitos creditórios oriundos do projeto;
- (f) Não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e/ou licenças expedidas pela ANEEL;
- (g) Modificação do controle efetivo, direto ou indireto, de qualquer uma das SPEs ou BENEFICIÁRIA sem anuência do BNDES;
- (h) Existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto;
- (i) Homologação de plano de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou falência a qualquer uma das SPEs ou BENEFICIÁRIA;
- (j) Alteração da finalidade e escopo do Projeto sem anuência do BNDES;
- (k) Vencimento antecipado de qualquer financiamento celebrado entre a BENEFICIÁRIA e empresas do mesmo grupo;
- (l) Hipótese de declaração de vencimento antecipado de qualquer instrumento firmado mesmo que o BNDES não faça parte do contrato, podendo afetar a implantação e/ou operação do Projeto;
- (m) Declaração de vencimento das debêntures na forma da cláusula décima quarta;
- (n) Não renovação das cartas de fiança mencionadas na cláusula vigésima primeira.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

9 Outras obrigações - consórcios

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Participação em consórcios (a)	-	-	63.211.376	24.164.040
	-	-	63.211.376	24.164.040

- (a) Refere-se aos aportes realizados por empresas que não são controladas pela Ventos de São Tito Holding.

10 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 188.470.450 e está representado por 188.470.450 (cento e oitenta e oito milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 182.315.450 e está representado por 182.315.450 (cento e oitenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

11 Aumento de capital

De acordo com a AGE do dia 09 de abril de 2015 foi subscrito e integralizado capital no montante de R\$ 17.200.000 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

De acordo com a AGE do dia 04 de dezembro de 2015 foi subscrito capital no montante de R\$ 10.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 1.000.000 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

No exercício de 2015, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 115.000.

12 Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, está destacada: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

13 Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

14 Imposto de renda e contribuição social

Lucro Real (consolidado):

	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.467.273)
Imposto de renda e contribuição social, pela alíquota nominal de 34%	<u>2.878.872</u>
Efeitos fiscais sobre:	
- Equivalência patrimonial	(393.630)
- Outras exclusões	<u>(4.688.085)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(2.202.843)</u>
Alíquota efetiva - %	(26,02%)

15 Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a companhia possuía saldos de prejuízos fiscais a compensar de R\$ 10.492.005 e R\$ 9.565.580, respectivamente.

16 Receitas operacionais

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

A empresa começou suas operações em dezembro de 2015 e portanto, passou a registrar receitas a partir desse período.

As receitas operacionais da Companhia são decorrentes de entrega de energia no mercado ativo mantido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e estão assim representadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Energia elétrica - Geração própria	-	-	18.463.177	-
PIS	-	-	(120.011)	-
COFINS	-	-	(553.895)	-
Receita Líquida	-	-	17.789.271	-

17 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Encargos de transmissão e conexão	-	-	(2.628.542)	-
Gastos com pessoal	-	-	(808.973)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(301.201)	-
	-	-	(3.738.716)	-

18 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços de terceiros	(235.925)	-	(3.178.651)	-
Seguros	-	-	(172.218)	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(317.190)	-
Viagens, diárias e ajuste de custos	(26.561)	-	(151.577)	-
Recuperação de despesas	-	-	15.082	-
Despesas tributárias	(477.052)	-	(800.078)	(4.939)
Gastos diversos	(183.273)	-	(1.090.656)	-
Arrendamentos e aluguéis	(312)	-	-	-
Compartilhamento de despesas	(2.558.957)	-	(5.787.310)	-
Depreciação	-	-	(42.334)	-
Contrato de servidão/ indenização	-	-	(166.933)	-
Outras despesas gerais	-	(777.825)	-	(4.745.235)
Amortização custo de empréstimos (a)	(384.180)	-	(384.180)	-
	(3.866.260)	(777.825)	(12.076.045)	(4.750.174)

- (a) Capitalização de juros e custos de emissão são custos financeiros que durante o período de construção foram capitalizados no ativo imobilizado líquido das despesas financeiras.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre cessão de direito creditório	13.534.383	-	-	-
Juros e descontos recebidos e/ou auferidos	-	5.333	2	5.333
Rendimentos aplicações financeira	652.178	1.159.950	11.669.648	1.160.411
	14.186.561	1.165.283	11.669.650	1.165.744
Despesas financeiras				
Juros, comissões e outras desps bancárias	(8.802.745)	(1.547.369)	(8.823.656)	(1.618.131)
Juros BNDES	(12.034.092)	(2.270.602)	(12.034.092)	-
Taxas e tarifas bancárias	(49.251)	(1.649)	(136.902)	(23.636)
Multas	(27)	-	(19.875)	-
IOF	-	-	(937)	-
Juros debêntures	(1.083.915)	-	(1.083.915)	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	(2.112.961)
Equivalência patrimonial	-	(6.133.401)	-	-
Juros pagos e/ou incorridos	(9)	(18)	(12.056)	(2.226.422)
	(21.970.039)	(9.953.039)	(22.111.433)	(5.981.150)
	(7.783.478)	(8.787.756)	(10.441.783)	(4.815.406)

20 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

21 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais para as investidas era composto por R\$ 971.805.391 e para responsabilidade civil era de R\$ 10.000.000.

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2015	Ativos	Passivos	Resultado
Titulos de créditos a receber (a)	570.771.645	-	-
Outras obrigações (a)	-	552.308.468	-
Compartilhamento de despesas (b)	-	-	5.787.310
Total	634.972.887	616.509.710	5.787.310

- (a) Os valores a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função da compra de cessão de direitos de créditos sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.
- (b) A Companhia possui saldo no valor de R\$ 5.787.310 referente a despesas incorridas pela própria companhia e pago pela Casa dos Ventos para o desenvolvimento e manutenção no suporte de gerenciamento conforme descrito em contrato assinado pelas partes.

As transações entre partes relacionadas poderiam ter valores de mercado distintos caso tivessem sido realizadas com entidades não relacionadas à Companhia.

23 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Instrumentos financeiros por categoria

	2015		2014	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	16.653.787	-	123.570.669	-
Titulos e créditos a receber	570.771.645	-	0	-
Outros créditos a receber	398	-	802	-
Consolidado	32.477.225	-	127.609.307	-
Caixas e equivalentes de caixa	18.471.678	-	0	-
Outros créditos a receber	11.683	-	802	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Controladora				
Fornecedores	-	139.251	-	11.137.662
Empréstimos e financiamentos	670.392.108	-	180.050.302	-
Consolidado	-	-	-	17.791.687
Fornecedores	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.392.108	-	180.050.302	-

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>		<u>2015</u>		<u>2014</u>		<u>2014</u>	
	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixas e equivalentes de caixa	16.653.787	16.653.787	32.477.225	32.477.225	123.570.669	123.570.669	127.609.307	127.609.307
Títulos e créditos a receber	570.771.645	570.771.645	18.471.678	18.471.678	-	-	-	-
Outros créditos a receber	398	398	11.683	11.683	802	802	802	802
Fornecedores	139.251	139.251	-	-	11.137.662	11.137.662	17.791.687	17.791.687
Empréstimos e financiamentos	670.392.108	670.392.108	670.392.108	670.392.108	180.050.302	180.050.302	180.050.302	180.050.302
Total	<u>1.257.957.189</u>	<u>1.257.957.189</u>	<u>721.352.694</u>	<u>721.352.694</u>	<u>314.759.435</u>	<u>314.759.435</u>	<u>325.452.098</u>	<u>325.452.098</u>

c. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	139.251	139.251	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.392.108	-	-	-	-
Total	670.531.359	139.251	-	-	-
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.392.108	30.268.089	41.899.507	125.698.520	472.525.992
Total	670.392.108	30.268.089	41.899.507	125.698.520	472.525.992